

#OcupeEstelita: direito à cidade, conflitos urbanos e o patrimônio cultural¹.

Luiz Eduardo Pinheiro Sarmiento²
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Palavras-chave: Direito à cidade; conflitos urbanos; patrimônio cultural.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar e interpretar as diferentes tensões, práticas e expressões (conflitos, lutas e resistências) que os diversos sujeitos, sobretudo localizados nos movimentos sociais urbanos, empreenderam no contexto da implantação de um “megaprojeto” imobiliário, denominado “Novo Recife”³, localizado no Cais José Estelita, Centro Histórico da cidade do Recife.

Pela natureza do empreendimento, potencialmente gerador de impactos (sociais, ambientais e paisagísticos), o mesmo foi objeto de fortes críticas e reivindicações de grupos, indivíduos e diversas organizações contrários à realização⁴. Essa realidade proporciona, assim, abordar, inicialmente, o contraste entre projetos sociais distintos, orientados por lógicas diversas de acepção e apropriação do espaço, considerando que os sentidos abordados se inscrevem num contexto de conflito social e disputa política. Uma disputa, inclusive, não por um espaço meramente físico, livre de qualquer sentido (TEXEIRA, 2011, p.129). O conflito se estabelece, exatamente, em torno de espaços preenchidos por diferentes significações culturais, ou seja, em torno de territórios. Revela-se, desse modo, uma ocasião de pensar e investigar a cidade como um lugar de

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² Graduado em História (UFRPE), Especialista em História das Artes e das Religiões (UFRPE), Especialista em Gestão Cultural (UFRPE/FUNDAJ/MINC), Mestre e Doutor em Antropologia (UFPE). Atualmente realiza estágio pós-doutoral, como bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - PNPd/CAPES, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/DAM/UFPE).

³ O projeto previa, inicialmente, a construção de torres residenciais e comerciais, totalizando 13 prédios com cerca de 40 andares, numa área de mais de 100 mil m², pertencente à Rede Ferroviária Federal que foi arrematada, em leilão, por um grupo de empresas (Moura Dubeux, Queiroz Galvão e GL Empreendimentos). Sem dúvida, o sítio de intervenção do projeto é uma área extremamente simbólica que atua fortemente no imaginário urbano. Uma faixa marítima, ou frente d’água, que apresenta grande concentração de patrimônio material e imaterial, paisagem natural e equipamentos urbanos de escala metropolitana.

⁴ Houve, igualmente, grupos, instituições e pessoas apoiadoras da iniciativa, tornando seu acontecimento algo mais complexo, além de um jogo dualista.

conflito, da participação, de discordância, de manifestação da diferença, naquilo que Mohsen Mostafavi (2014), denominou “urbanismo do antagonismo”.

O exemplo do Cais José Estelita, me permite, como ponto de partida, refletir como as representações de diversos grupos ou agentes sociais ocorrem em relação a um mesmo espaço. Por um lado, há um conjunto de empresas interessadas na continuidade e ampliação de um modelo de negócios imobiliários, pautado em lucros e exclusões, em construir uma imagem para a cidade afim de que a mesma ganhe visibilidade no mercado capitalista e atraia investimentos. Nela, estaria localizado aquilo que Carlos Vainer (2014) denominaria de um “urbanismo pós-moderno”, que seria a cidade-empresa, cidade-competitiva, cidade-privatizada, na qual o Estado abandona suas pretensões de modificar a cidade e as transfere para a iniciativa privada. Por outro, um coletivo, mesmo que ainda difuso formado por estudantes, professores, profissionais liberais, urbanistas e artistas, preocupado em “preservar” as áreas e projetos públicos, não lucrativos, de interesse coletivo, a exemplo de parques, praças, áreas de esporte, lazer e cultura, entre outras coisas fundamentais para a vida cotidiana nas cidades.

Neste cenário, destaco o Grupo de “Direitos Urbanos/Recife”⁵ e o Movimento #OcupeEstelita⁶, que pautaram debates e propostas de uso alternativo do local e, ao mesmo tempo, contestando a legalidade do leilão, a ausência de Estudos de Impacto (Ambiental, paisagístico e social) a falta de um plano urbanístico, o que deixa, ainda mais, clara a necessidade de se rediscutir o método com que os projetos imobiliários são aprovados em Pernambuco. Reivindicavam, principalmente, espaços públicos de diálogo que permitam a negociação de propostas, especialmente que assegurem a “garantia da destinação de ao menos 30% do projeto para habitações populares; e a requalificação e revitalização do Cais Estelita orientada pelo uso misto do espaço, que atendessem às diversas camadas sociais com seus equipamentos artísticos e culturais, em seus

⁵ O grupo surgiu da articulação de pessoas interessadas em política e preocupadas com os problemas da cidade do Recife. A partir de um grupo de pessoas que se conheciam offline, o grupo foi se expandindo através das redes sociais e começou a transformar suas preocupações em ação pelo menos desde a reivindicação do tombamento do Edifício Caiçara. A mobilização seguinte foi contra um projeto de lei que visava proibir o consumo de álcool nas ruas e limitar o horário de funcionamento de bares como medida de combate à violência. (<https://direitosurbanos.wordpress.com/about/>).

⁶ Vale ressaltar que percebi, no desenvolvimento da pesquisa, uma certa diferença e até disputa interna. Por um lado, decorrente do DU, havia um conjunto de manifestantes que defendiam a causa #OcupeEstelita, com uma postura mais legalista e com uma estratégia institucional mais definida. Esse coletivo trazia, em sua maior parte, jovens-adultos. No entanto, no momento do primeiro acampamento, realizado em 2014, percebi a composição de um outro substrato de pessoas, formado em sua maioria por estudantes, bem mais jovens, com uma postura notadamente mais combativa e disposta de produzir enfrentamentos. Em diversas ocasiões, essa diferença tornava-se mais evidente. Noutras, no entanto, esses sujeitos juntavam em prol da causa.

estabelecimentos comerciais e conjuntos de habitações. ” (DIREITOS URBANOS, 2014)⁷. Diante desta perspectiva de impacto, defendiam⁸ os integrantes do Grupo de Direitos Urbanos que:

Em termos de importância urbanística para o centro da cidade o Cais José Estelita jamais pode ser tomado como um lote qualquer. O terreno tem proporções que não se confundem com quase nenhum outro na cidade, 10 hectares, fica no ponto de articulação entre a Zona Sul e o Centro da cidade e é vizinho de uma área do Centro degradada e subutilizada (a região da rua Imperial) mas também de outra com intenso uso popular (o entorno do Mercado de São José). O projeto que será feito ali pode determinar uma mudança de rumo no desenvolvimento da cidade, com um Centro vibrante, novamente referência da cidade como um todo, ou pode enterrar essa possibilidade, agravando problemas de mobilidade na ligação com o bairro de Boa Viagem, isolando ainda mais a área degradada do entorno da rua Imperial, destruindo a identidade histórica do Centro e segregando ainda mais ou levando a uma expulsão branca dos usuários populares do bairro de São José. (**Direitos Urbanos**, em 28 de janeiro de 2013)⁹.

Jogavam luz, assim, primeiro, sobre o modelo de ocupação de alto impacto, com “padrões típicos de outros bairros e alheios ao centro”, e, segundo, na falta de observância, do ponto de vista urbanístico, de um tratamento específico para a importância do Centro, sem a “real diversidade de uso e sem a integração completa com o Bairro de São José”¹⁰. Na verdade, muito mais do que integrar, defendiam tratar-se de um modelo excludente que nega a existência de diversos grupos sociais, repetindo, em grande escala, “os erros do processo de desenvolvimento urbano que vem, lote a lote, sistematicamente elegendo e exaurindo áreas, sem os devidos cuidados com os impactos sobre o meio ambiente natural e construído e, principalmente, sem servir como meio para a superação de injustiças”¹¹.

⁷ Em “nota dos ocupantes sobre o #ocupeestelita” publicada em 22 de maio de 2014. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2014/05/22/nota-dos-ocupantes-sobre-o-ocupeestelita/>. Acesso em: 15 de junho de 2014.

⁸ Em carta encaminhada ao Prefeito numa reunião realizada no dia 8 de janeiro de 2013, juntamente com uma compilação de documentos que esclarecem os argumentos dos opositores ao projeto e as irregularidades administrativas que tornam nulo seu processo de análise pela Prefeitura na gestão anterior.

⁹ Em “Carta ao Prefeito Geraldo Júlio e ao Secretário João Braga sobre o projeto Novo Recife”, publicada no Blog Direitos Urbanos em 28 de janeiro de 2013. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/01/28/carta-ao-prefeito-geraldo-julio-e-ao-secretario-joao-braga-sobre-o-projeto-novo-recife/>. Acesso em: 15 de março de 2014.

¹⁰ Em “Carta ao Prefeito Geraldo Júlio e ao Secretário João Braga sobre o projeto Novo Recife”, publicada no Blog Direitos Urbanos em 28 de janeiro de 2013. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/01/28/carta-ao-prefeito-geraldo-julio-e-ao-secretario-joao-braga-sobre-o-projeto-novo-recife/>. Acesso em: 15 de março de 2014.

¹¹ Texto retirando do Abaixo-assinado, publicado no site Petição Pública (<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=NR>) “contra as irregularidades da análise do projeto novo recife e por uma discussão de verdade com a sociedade”

Somados a estas questões, segundo, por exemplo, os integrantes do DU, o projeto cometia, ainda, erros graves¹² quando se analisa a maneira como essas intervenções lidam com a dimensão do habitar, uma vez que, a principal marca de tais operações urbanas é considerar a cidade como uma imagem passível de negociação. Quando se opta por simplesmente construir uma mercadoria desconsiderando a análise da cidade enquanto habitat, caminha-se para um maior distanciamento da construção de espaços mais democráticos. Por outro lado, ao defender que o “Recife é de toda a gente” e que “a cidade é feita pelas pessoas”, abriam um debate sobre a necessidade, e ausência, de espaços que promovem interações horizontais no Recife, ou seja, locais públicos onde as pessoas possam gozar da condição plena de cidadãos.

Vale ressaltar, especificamente, que na negociação ressaltavam, também, o discurso patrimonial, especialmente em relação à preservação da Paisagem Cultural. Ofereciam, desse modo, uma oportunidade de debater e construir uma visão de cultura urbana, abrindo um campo de possibilidades ao desenvolvimento de uma cultura pública de cidadania, em que, por meio da mediação cultural, a exemplo de intervenções e apresentações artísticas, nos aproximemos de um conhecimento do espaço público.

Considerando esse panorama, a ideia é, neste rápido artigo, a partir do exemplo do movimento #OcupeEstelita, verificar e refletir, de modo especial, sobre as iniciativas e ativações articuladas em alternativa ao modelo de desenvolvimento ou de projeto de cidade, iluminando, especificamente, o lugar em que as artes, as festas, o audiovisual e o patrimônio cultural ocuparam nos discursos, nas práticas e nos debates sobre os destinos da cidade, fazendo convergir, assim, novas agendas, atores e centralidades urbanas.

Sob o lema “A cidade é nossa. Ocupe-a”, o Movimento #OcupeEstelita, por exemplo, além de fazer frente à destruição do Cais José Estelita e a consequente implantação do empreendimento, questionando a destinação privatista dos vazios urbanos e as decisões sobre o uso do patrimônio público, terminou por convocar as pessoas a pensarem sobre o direito à cidade, surgindo como uma janela a revelar agendas, aglutinando e mobilizando manifestações, ocupações, assembleias, audiências públicas, denúncias ao Ministério Público, campanhas, abaixo-assinados e pedidos de tombamento.

¹² O projeto é questionado pelo Ministério Público Federal (MPF), pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE) e também por ações populares, em vários níveis: da validade do leilão à ausência de Estudo de Impacto Veicular (EIV), estudo de impacto ambiental e falta de licenças do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). As ações estão sendo analisadas em Brasília, no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ao tratar, portanto, o #OcupeEstelita enquanto uma experiência coletiva-criativa de luta pela democratização do espaço urbano, meu interesse reside em interpretar, especificamente, como as ações foram direcionadas não apenas à redistribuição de recursos, mas, principalmente, aos modos de vida, ou seja, de pensar a cidade não mais como um conjunto de propriedades, mas, observada pelas lentes do Patrimônio Cultural, como um lugar pulsante, vivo, desigual e multiforme, com forte expressão cultural. A tentativa, desse modo, é demonstrar como o #OcupeEstelita funcionou como fonte de inovação e matriz geradoras de saberes, de outras gramáticas urbanas, em seu agir comunicativo e reivindicativo.

1. Arte, festa e política: diálogos a partir do #OcupeEstelita.

Notadamente marcada pela capacidade de mobilização, especialmente nos primeiros anos¹³, a causa #OcupeEstelita fez aflorar formas diferentes de fazer política, de realizar enfrentamentos e lutas urbanas. Diante de situações concretas, os diversos sujeitos valeram-se de recursos legais, tecnologias audiovisuais, mobilizações virtuais, concentrações, passeatas, ocupações e, também, eventos e festas, demonstrando que a cidade é, em si mesma, um “dispositivo cultural”. (AGIER, 2011).

Particularmente, penso que o ato de festejar, como prática reivindicativa, normalmente não levada em conta, tornou-se, no contexto do Cais José Estelita, uma das formas mais potentes de ação sociopolítica e cultural, seja no sentido de uma criação político-pedagógico-cultural que evidenciou os domínios simbólicos e representacionais do lugar, seja como um veículo comunicacional, instrumento de multiplicação de informações e notícias, resultando em formas de visibilidade e legitimidade dos grupos envolvidos, como nos aponta uma das integrantes e, por vezes, organizadora dos eventos:

Eu acho que isso deu muita força, justamente pela questão da comunicação. Você pode explicar da melhor maneira possível, mas o fato de ter um envolvimento de artistas faz com que as pessoas deem mais atenção para aquilo e entendam de outro jeito. Eu acho que o fato, principalmente, de ter muitas formas de falar ajudou. Tinha um centro de produção do discurso, da produção dos argumentos, de pesquisa, de formulação, mas era um movimento que cada um pegava e explicava o que quisesse. Eu acho que essa abertura era muito importante porque tinha a questão técnica forte, mas ela não era para as pessoas se parte. Tem a questão de comunicação e aí a arte, a festa e o cinema entraram como formas de espalhar e de disseminar, de fazer com que as pessoas vejam o que elas podem falar de urbanismo. Que essa disputa é de todo

¹³ Entre os anos de 2013 e 2016.

mundo. A questão é: é um movimento de esquerda, libertário e de autonomia. Esse é um campo que a arte se interessa. É um campo que tem relação. Eu acho que a arte em sua raiz é produtora de realidades e era o que a gente estava querendo fazer, produzir a realidade. Então, tem uma ligação de junta¹⁴.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, do individual para o coletivo, os eventos (acontecimentos coletivos organizados), mais do que reuniões, permitiram, como ações planejadas, a “aproximação de pessoas com objetivos definidos junto a determinado público, formas de expressão de seus ideais, reivindicações e identidade” (MORAIS, 2013, p. 12). Enquanto processos de mobilização social, convocaram vontades para um objetivo comum, incentivando as pessoas a participarem por meio do sentimento de envolvimento e corresponsabilidade, permitindo uma “ressignificação”, como nos aponta um dos entrevistados¹⁵ no momento da pesquisa:

No ocupe festa e no ocupe permanente, você tem uma coisa de ressignificação que eu acho forte. Aquela parede é um testemunho de luta e de várias lutas, ou seja, a ideia das lutas convergirem ali é a ideia do mural onde você escreve suas lutas. Aquilo é um registro. Você tem camadas ali. Cada ocupação se pinta de novo. Essa coisa, por exemplo, da pintura do armazém tem essa força muito grande de ressignificação e de apropriação. [...] a ideia da festa é uma ideia que desde o começo fica clara que a manifestação não é uma coisa chata. Acho que tem uma coisa de corporeidade na festa, uma coisa muito forte de ir para rua.

Nesse sentido, a arte e a cultura, acionadas por várias linguagens e formatos, foram centrais, aparecendo como uma das principais forças, como aponta Leonardo Cisneiros, em artigo publicado¹⁶:

A cultura foi uma das armas centrais nesta luta. Desde o início uma das principais forças do movimento foi a maneira como conseguiu articular uma grande efervescência criativa e, com ela, colocar a defesa do Cais José Estelita e o tema do direito à cidade como tópico de discussão em todo Recife. Isso aconteceu desde a profusão de cartazes e peças visuais até as dezenas de shows nos vários encontros OcupeEstelita, feitos do lado de fora dos armazéns, e durante a própria ocupação do terreno, em 2014. [...] Estas foram as armas de uma verdadeira guerra cultural, no espaço virtual e nas ruas, contra uma cultura de cidade que certamente não é exclusiva do Recife, mas que aqui se acentua pela herança colonial: uma cultura que nasce da convergência de uma nova onda de mercantilização da cidade com a cultura nascida na casa grande, de negação da rua, do espaço compartilhado e da mistura; a cultura de uma não-cidade, em que a elite se isola da plebe por trás dos muros dos

¹⁴ Integrante do MOE, em entrevista. A mesma não quis ter sua identidade revelada.

¹⁵ Leonardo Cisneiros, integrante do Direitos Urbanos e ativista da causa #OcupeEstelita, em entrevista.

¹⁶ CISNEIROS, Leonardo. #OcupeEstelita: Reflexões sobre cultura e luta pela cidade. In: Revista Socialismo e Liberdade, nº 19, Fundação Lauro Campos, 2017.

condomínios e dos shoppings ou por trás dos vidros de suas SUVs. Essa cultura sustenta uma estrutura de poder colonial, plutocrata, que desde os tempos das capitânicas concentra o destino de toda a cidade nas mãos da mesma meia dúzia de pessoas de sempre e que transforma governo atrás de governo em apenas um preposto de seus interesses.

No caso do #OcupeEstelita, além dos shows, exposições, oficinas e apresentações artísticas que já ocorriam no contexto das ocupações, houve, a partir de 2015, um conjunto de iniciativas que permitiram organizar novos eventos e atos festivos, destacando-se o “Revelita” e “Carnalita”. Avançando na perspectiva do “festejar, associada ao “ocupar” e “resistir”, estas iniciativas propuseram, em certa medida, uma nova linguagem do contestar político, estruturado a partir do desejo de mudança que se põe em movimento ao dançar, atuar, gritar e festejar.

Nesses atos, os espaços públicos foram ocupados com cultura e política, articulando músicos, atores, dançarinos, circenses, artesãos e toda a forma de expressão e produção artística independente. Tratou-se de um momento, como uma ação estético-política, de combater a cultura de restrição, privatista, individualista e comercial que permeia as grandes cidades, oferecendo, portanto, uma nova-antiga lógica de convivência e usufruto do espaço. Nele, o público, uma espécie de transeunte-ocupante, circula entre as inúmeras atividades que ocorrem concomitantemente.

Pelo que pude observar ao estabelecer alguns diálogos no contexto dos eventos, as vinculações às causas do #OcupeEstelita eram bastante desiguais: haviam pessoas que estavam pela primeira vez, atraídas pela programação artística, mas, igualmente, curiosas em conhecer os argumentos; figuravam também indivíduos que já acompanhavam, de forma ativa, o MOE desde as primeiras atividades, detendo um relativo conhecimentos sobre os argumentos e informações; ocorriam, por fim, presenças de outros integrantes de movimentos sociais de diferentes procedências e causas. Na realização do acontecimento, cada um desses perfis podia participar, seja por meio de ideias, produtos ou serviços.

Outra questão que posso ressaltar, é a perspectiva dos eventos na construção de uma imagem para o movimento, estigmatizado, inclusive, em inúmeras ocasiões pela imprensa local. A presença de artistas, conhecidos e renomados, permitiu, em certa medida, promover a atração de um público diverso, mas, igualmente, associação de trajetórias e causas. Por outro lado, na medida em que, nos seus acontecimentos, eram demonstrados capacidade, mobilização e organização, obtinham-se relacionamentos

positivados, além das identificações com os propósitos e reivindicações. Sobre esse último aspecto, os eventos, pelo que pude acompanhar, inclusive presencialmente, assumiram um papel relevante de aproximar as pessoas, entre elas e com os próprios objetivos. Ademais, os shows e atos festivos terminavam se tornando notícia, em virtude da presença e cobertura da imprensa. Nesse sentido, vale lembrar, como explica Henriques (2007), que a mídia é:

Um recurso essencial para validar os próprios movimentos como atores importantes na cena política, mostrar força ante os outros atores mais poderosos (como o governo) e desafiar a visão corrente do establishment sobre os mais diversos problemas. [...] mostra-se importante como veículo de suporte à mobilização, para consolidar a participação dos membros e apoiadores ativos – definindo para eles próprios em que medida podem ser seriamente levados em conta como agentes capazes de realizar mudanças (HENRIQUES, 2007, p. 99-100).

Sobre essa dimensão, inclusive, minha avaliação é que as repercussões terminaram tendo um impacto para além do espaço-tempo dos eventos em si, ganhando, pouco a pouco, visibilidade nas pautas e agendas dos veículos (local e nacional).

Por fim, compreendo que as festas, no sentido de eventos e acontecimentos coletivos, produziram uma sinergia que permitiu a criação de vínculos sociais entre os ativistas e manifestantes, produzindo, assim, resultantes afetivas que, a meu ver, fortaleceram os laços de identificação. Trataram-se de momentos insubstituíveis de comunhão afetiva real, de contato face a face, de troca de energias, de celebração, mas, sobretudo, de ações pragmáticas que permitiram amplificar o alcance social das causas defendidas pelo #OcupeEstelita.

O principal “produto cultural” do OcupeEstelita foi a própria ocupação e transformação o próprio Cais, tanto nos eventos festivos-políticos de um dia só, quanto na ocupação contínua que criou a Vila Estelita. Os armazéns, que os órgãos oficiais de preservação do patrimônio não quiseram reconhecer como de valor histórico em 2012, foram continuamente reapropriados e ressignificados a cada “ocupa”, ao longo desses cinco anos. Transformaram-se em um mural reescrito em várias camadas pelas mais diferentes lutas que convergem na luta pelo direito à cidade, desde a luta feminista até a luta antiproibicionista e até mesmo a luta contra o agronegócio. E, desta forma, a própria luta pela preservação do Cais o transformou em um patrimônio cultural a ser preservado. Desse ponto de vista, a cultura assumiu um papel ainda mais decisivo. A forma mais radical de participação e de criar o comum é a transformação direta da cidade, é ocupar a rua e ressignificá-la. A cultura foi meio e fim deste processo¹⁷.

¹⁷ CISNEIROS, Leonardo. #OcupeEstelita: Reflexões sobre cultura e luta pela cidade. In: Revista Socialismo e Liberdade, nº 19, Fundação Lauro Campos, 2017.

2. Por um “tombamento” da paisagem do Cais José Estelita

Um dos aspectos fundamentais nas mobilizações empreendidas pelos movimentos sociais urbanos no contexto da disputa pela área do Cais José Estelita foi, exatamente, a assunção da ideia de “paisagem cultural”, sobretudo, a forma como ela foi articulada e incorporada ao debate público, conformando, enquanto imagem, um presente-futuro desejável de sustentabilidade socioespacial, ambiental, econômica e cultural da cidade do Recife. Se, por um lado, surgiu, inicialmente, como paradigma político e prático, na tentativa de construção de uma tática jurídica, além de social e cultural, que impedisse a instalação do projeto imobiliário, por outro, terminou, por evidenciar valores e imagens contidos no espaço cultural paisagístico autorizados a ser cartões-postais da cidade.

O fato é que na tensão entre a viabilização de empreendimentos imobiliários e os possíveis impactos que a construção dos edifícios causam em sítios históricos, comprometendo a autenticidade e integridade do patrimônio construído, fez aflorar opiniões concorrentes, por vezes polarizadas, traduzidas entre o discurso do “moderno” e do “atrasado”, do “novo” e do “velho”, do “presente” e do “passado”, como é possível acompanhar no documento publicado pelo grupo Direitos Urbanos:

O gabarito violentamente desproporcional à massa edificada do Bairro de São José e incompatível com a paisagem de um Recife horizontal, que se deu avançando metro a metro sobre as águas; o excessivo adensamento e suas consequências; o exclusivismo em relação ao setor social a que se destina o programa do empreendimento e o abrupto corte social que ele provoca no bairro, assim como a eleição de uma frente para o projeto na direção do Pina e de Boa Viagem, tratando o Bairro de São José como os fundos, são alguns elementos concretos que apontamos, dentro da indignação que o Novo Recife nos provoca de uma forma mais ampla, porque agride profundamente nossa ideia de cidade. A área toda tem grande valor histórico por permitir, ainda hoje, uma percepção de qual foi o padrão de ocupação da cidade que se consolidou ao longo do tempo. O enfileiramento de espigões na frente d’água coloca todo o skyline tradicional como mero pano de fundo para os novos empreendimentos, ou seja, permitir essa ocupação é assumir que qualquer obra nova é mais importante do que o tecido antigo e preservado – abre-se com isso uma premissa muito arriscada para a própria razão de ser dos órgãos que deveriam ser responsáveis pela preservação do patrimônio histórico (Iphan e Fundarpe)¹⁸.

¹⁸ Carta em Defesa do Cais José Estelita. Nossa Paisagem, Nosso Patrimônio, elaborada pelo grupo Direitos Urbanos e encaminhada, em 23 de abril de 2012, à Fundarpe e ao Iphan.

No entanto, talvez a grande “novidade” nesse acontecimento foi a assunção de noções como “horizonte”, “silhueta”, impactos sobre a “paisagem cultural”, “paisagem urbana” articuladas em torno da ideia de “valores” e de “memória”:

Por ser uma área **portadora de valores históricos, arqueológicos, paisagísticos e ambientais indiscutíveis para a cidade do Recife, o Estado de Pernambuco e para o Brasil**. Próxima a 16 Monumentos Nacionais preservados pelo IPHAN, o Pátio Ferroviário das Cinco Pontas é ainda um precioso documento sobre a memória ferroviária de Pernambuco e do Brasil, e, naturalmente, um bem de enorme valor para a história do Recife. O pátio foi implantado sobre zona de aterramento junto ao antigo Aterro dos Afogados, no século XVII por iniciativa dos holandeses para ligar o Forte das Cinco Pontas, Monumento Nacional desde 1938, e o Forte do Príncipe Guilherme (demolido no início do século XIX). Essa área aberta compunha um sofisticado sistema defensivo de mar, rios e canais, demarcando também a entrada por terra da região produtora de açúcar. Além disso, ao longo do pátio, sobre o aterro dos Afogados, encontra-se o traçado da primeira linha férrea de Pernambuco, segunda do Brasil para ligar o Recife ao rio São Francisco. A área se destaca também pelo seu valor enquanto paisagem cultural, na sua relação histórica com a bacia do Pina, com o bairro do Recife e com o antigo Porto do Recife. Nos últimos anos, o grupo 'Direitos Urbanos | Recife' promoveu diversas ocupações político-culturais no Cais José Estelita, mostrando que parte significativa da população deseja conhecer e resguardar sua história e sua identidade. Em 2014, após uma tentativa de demolição, houve a ocupação permanente e pacífica pelo 'Movimento Ocupe Estelita', em protesto contra um projeto imobiliário que está sendo questionado judicialmente e que tornou o Movimento Ocupe Estelita conhecido nacional e internacionalmente. Milhares de pessoas visitaram o pátio nas semanas seguintes. Após tantos anos fechado, a maioria da população jamais havia andado por aqueles trilhos, vagões e armazéns, em um dos poucos espaços abertos, talvez o único, de onde ainda se vê o pôr-do-sol no Recife e cujo potencial como área pública de uso comum é enorme. Já conseguimos avanços significativos com o reconhecimento da área operacional do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, como representativo para a memória ferroviária brasileira, mas isso não representa o tombamento. Queremos que o pátio ferroviário e o Cais José Estelita sejam tombados, pois eles fazem parte da nossa história, da **nossa memória e a da paisagem urbana do Recife**. Povo sem história é povo sem memória e povo sem memória é povo sem alma.¹⁹

O texto acima, transcrito da petição online articulada pelo MOE e DU, em fevereiro de 2015, teve como objetivo, num primeiro momento, exigir o “tombamento” do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas e do Cais José Estelita.

¹⁹ Texto do abaixo-assinado entregue ao Iphan, no dia 12 de fevereiro de 2015, solicitando o tombamento do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas - Cais José Estelita, em reunião com o secretário-executivo do MinC e com a presidenta do IPHAN. Disponível em: <https://www.change.org/p/minist%C3%A9rio-da-cultura-tombamento-do-p%C3%A1tio-ferrovi%C3%A1rio-das-cinco-pontas-e-do-cais-jos%C3%A9-estelita>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

A iniciativa mobilizada pela internet, na oportunidade, contou com apoio de mais de 40 entidades, coletivos e instituições, mobilizando quase 13 mil assinaturas.

FIGURA 1 - CARDS DE DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA “EU APOIO O TOMBAMENTO DO ESTELITA”



FONTE: MOE. Disponível em: www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita

Entregue ao Minc e ao IPHAN, o documento repercutiu e provocou os primeiros resultados, já em março daquele ano, quando se obteve a homologação que declarava o valor histórico, artístico e cultural à área operacional do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, no Cais José Estelita, no Recife. O resultado foi, inclusive, comemorado à época, fevereiro de 2015, pelos integrantes do MOE:

Primeira vitória decorrente da reunião de representantes do Movimento #OcupeEstelita com o Ministério da Cultura e o Iphan! Na tarde de hoje, o Iphan reconheceu o valor cultural da área operacional do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas - Cais José Estelita e determinou a inscrição dessa área na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário Brasileiro. Isso significa que a guarda e a conservação da área cabe ao Iphan, não sendo possível sua alienação, nem tampouco a desconfiguração das linhas férreas. É o primeiro resultado, fruto de

nosso pedido, que elencava todos os inúmeros documentos produzidos pelos técnicos do próprio Iphan desde 2004, valorando culturalmente a área e recomendando a sua inscrição na Memória Ferroviária Brasileira. Isso ainda não é o atendimento ao nosso pedido principal, que é o de TOMBAMENTO DO CAIS JOSÉ ESTELITA em razão do seu valor paisagístico, histórico e cultural, mas já é um primeiro GRANDE passo nesse sentido. Estamos aguardando a publicação no Diário Oficial, mas a reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio do Iphan deliberou hoje, por unanimidade. Nesse momento, em que tínhamos a iminência da derrubada dos galpões, em que a prefeitura elaborou um plano urbanístico passando por cima das linhas férreas, não poderia haver notícia mais auspiciosa! Já sabemos que o plano urbanístico elaborado pela prefeitura deverá ser readequado para atender à nova realidade. Estrada de Ferro Recife ao São Francisco: primeira estrada de ferro de Pernambuco, primeira estrada de ferro em zona portuária brasileira, segunda estrada de ferro do Brasil. (**Movimento#OcupeEstelita**, na página do Facebook, em 25 de fevereiro de 2015).²⁰

Com a medida, o trecho de bem público administrado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) foi inserido na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário. Apesar disso, conforme mencionou o Superintendente Estadual do Iphan, à época, o processo de tombamento não era contínuo à inserção na lista:

É preciso esclarecer que a inserção não significa uma evolução para o tombamento. A área de bem público não poderá ser alienada para que seja salvaguardada a memória ferroviária. O Pátio foi valorado. São dois instrumentos diferentes. (ALMEIDA, 2015).²¹

Vale ressaltar, sobre esse aspecto que o mesmo foi corroborado pelo Ministério Público Federal em Pernambuco (MPF/PE), especificamente pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, que trata de meio-ambiente e patrimônio cultural, culminando com uma recomendação²² ao Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) a urgente adoção de medidas para o tombamento do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, situado no Cais José Estelita, no Recife, e do sistema de transporte ferroviário a ele interligado.

²⁰ Disponível em:

<https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/photos/a.320104821469838.1073741828.320033178143669/453256118154707/?type=3&theater>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

²¹ Fred Almeida em “Iphan insere Pátio Ferroviário das Cinco Pontas na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário”. Diário de Pernambuco, 17 de março de 2015. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/03/17/interna_vidaurbana.566736/iphan-insere-patio-ferroviario-das-cinco-pontas-na-lista-do-patrimonio-cultural-ferroviario.shtml. Acesso em: 15 de junho de 2015.

²² Recomendação n.º 61/2015/2º OTC/PR-PE. O documento foi assinado pela coordenadora da Câmara, a subprocuradora-geral da República Sandra Cureau, pela procuradora da República Mona Lisa Ismail e pelos procuradores com atuação na tutela coletiva no MPF/PE.

A principal alegação era do grave “risco de destruição, por se tratar de área portadora de valores históricos, artísticos, arqueológicos e ambientais indiscutíveis para a cidade de Recife, bem como para o Estado de Pernambuco e para o Brasil”. Ou seja, apontando o “concreto e mais do que iminente risco de perda, comprometimento irreversível e descaracterização do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, em virtude do avançado trâmite, na Prefeitura do Recife, de Projeto Imobiliário”²³, a instituição evocava outros estudos e parecer²⁴, para demonstrar a significância cultural na localidade, integrada por um conjunto de valores sobrepostos:

23. O **Valor Histórico** do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, o mais amplo de todos, é evidente, pois o local remete ao processo de desenvolvimento econômico, social, urbano e tecnológico vivido pela cidade do Recife; esse valor é reforçado, ademais, por permitir a vinculação com o contexto ferroviário e produtivo, em escala estadual e nacional; a relevância histórica do pátio expressa, também, por seu pioneirismo, no país, ao ter ligação com um porto, e nos acontecimentos que marcaram sua existência;

24. O **Valor Arquitetônico** está presente no conjunto tipológico do “pátio”, característico do sistema ferroviário implantado no Brasil, especificamente de edifícios construídos para o trabalho e para a moradia, diretamente relacionados ao espaço de produção;

25. O **Valor arqueológico** decorre da existência de vestígios e objetos reveladores da cultura material pós-industrial, que se encontram no local, bem como espalhados nos acervos, nos museus, nos arquivos, testemunhos de uma história complexa de atores sociais diretamente vinculados ao processo construtivo do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas;

26. O **Valor paisagístico** do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas decorre de sua importância como um “vazio” urbano essencial para a constituição física do que se compreende como a imagem da cidade do Recife, conformado pelas ilhas de Santo Antonio, São José e Recife, “vazio” esse preenchido por uma lógica funcional que deu sentido e condições de funcionamento ao sistema ferroviário implantado em Pernambuco, autorizando a concepção de uma paisagem urbana industrial que expressa a memória ferroviária;

27. Reúne, o Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, também, **valor de uso**, pela continuidade de seu funcionamento como pátio de operações ferroviárias, subsistindo até hoje com funções relacionadas à manutenção da ferrovia e, nesse sentido, detentor de um valor existencial, pela resistência da função para a qual o pátio fora concebido;

28. Há, no local, **valor de raridade**, pelas especificidades tipológicas que podem ser identificadas nos edifícios e maquinário, e especialmente na relação pátio-porto, **vínculo histórico na estrutura urbana do Recife.**

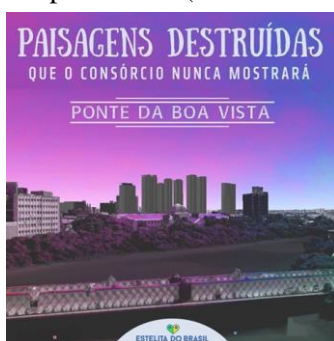
²³ Item 34 da Recomendação n.º 61/2015/2º OTC/PR-PE.

²⁴ Parecer Técnico Nº 01/GB/Mel/MF/2014.

29. O **valor de memória**, por sua vez, perpassa e dá sentido aos demais valores, pois ordena e permite a releitura dos diversos vestígios (materiais e imateriais) presentes no pátio ferroviário, estabelecendo nexos entre o passado, o presente e o futuro, possibilitando o reconhecimento dos espaços perdidos e reconectando seus elementos fragmentados, o que invoca o entendimento do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas como **lugar indivisível**.²⁵

Portanto, como é possível notar, para o MPF, “a combinação de características históricas relacionadas a valores de arte e de cultura impressos e claramente identificados no território do Cais José Estelita configuram notável valor de Paisagem Cultural a ser preservado”²⁶. Nesse contexto, foram iniciadas “campanhas”, no ano de 2015, para a ativação de questionamentos e reflexões, a partir da implantação do Projeto Novo Recife, realizados nas redes sociais, como podemos acompanhar logo abaixo:

Dando continuidade à série de imagens que explicitam o real impacto do Projeto Novo Recife na paisagem, no horizonte histórico da cidade e na ambiência do entorno, exibimos como ficaria a perspectiva a partir da Rua da Aurora. Observe a paisagem da Ponte da Boa Vista, também chamada Ponte de Ferro, com sua bela vista drasticamente comprometida. (ESTELITA DO BRASIL, 2015).²⁷



Que cidade merece ter seu horizonte destruído, com um projeto sem qualquer estudo de impacto, regido por uma lei extinta, fruto de um leilão fraudulento e acobertado pelo poder público?. (ESTELITA DO BRASIL, 2015).²⁸

²⁵ Recomendação n.º 61/2015/2º OTC/PR-PE.

²⁶ Em “MPF recomenda tombamento do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas”. Disponível em: <http://www.prpe.mpf.mp.br/internet/index.php/internet/Ascom/Noticias/2015/MPF-recomenda-tombamento-do-Patio-Ferrovuario-das-Cinco-Pontas>. Acesso em 2016.

²⁷ Publicado em 07 de outubro de 2015 na página do Estelita do Brasil. Disponível em <https://www.facebook.com/EstelitaDoBrasil/photos/a.1434633646853970.1073741829.1431849273799074/1506792029638131/?type=3&theater>. Acesso em: 15 de novembro de 2015.

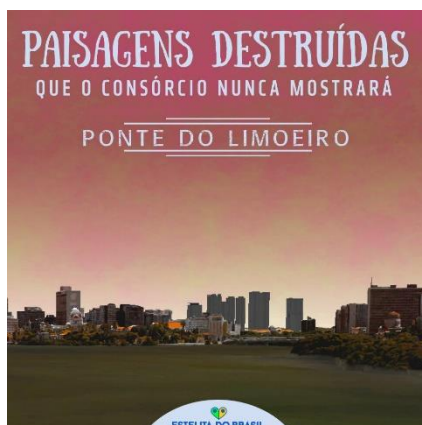
²⁸ Publicado em 30 de outubro de 2015 na página do Estelita do Brasil. Disponível em <https://www.facebook.com/EstelitaDoBrasil/photos/a.1435556053428396.1073741830.1431849273799074/1514668295517171/?type=3&theater>. Acesso em: 30 de outubro de 2015.



A Ilha do Leite vê São José. Vê até o rio e o mar através de São José. Na imagem, esse paredão estaria entre uma bela vista e a cegueira urbanística dos construtores e gestores do Recife. (ESTELITA DO BRASIL, 2015)²⁹.



Quem em sã consciência acabaria com a vista da Ponte do Limoeiro, um dos cartões postais mais lindos do centro da cidade? RESPOSTA: um projeto que não tem a capacidade de pensar além do lote, e quem aprova essa aberração urbana. (ESTELITA DO BRASIL, 2015)³⁰.



²⁹ Publicado em 14 de outubro de 2015 na página do Estelita do Brasil. Disponível em: <https://www.facebook.com/EstelitaDoBrasil/photos/a.1434633646853970.1073741829.1431849273799074/1509292966054704/?type=3&theater>. Acesso em: 14 de outubro de 2015.

³⁰ Publicado em 12 de outubro de 2015 na página do Estelita do Brasil. Disponível em: <https://www.facebook.com/EstelitaDoBrasil/photos/a.1434633646853970.1073741829.1431849273799074/1508581896125811/?type=3&theater>. Acesso em: 12 de outubro de 2015.

A paisagem do Cais José Estelita guarda o último testemunho da silhueta horizontal da área central do Recife. A vista é um patrimônio recebido de gerações anteriores a ser legado para as gerações futuras. Se você acredita na preservação da identidade das nossas cidades, compartilhe! (ESTELITA DO BRASIL, 2015)³¹.



O Cais, visto do mar, descortina uma das vistas mais privilegiadas do Recife. Quem já viu o sol cair por trás dos campanários de São José, não esquece. (ESTELITA DO BRASIL, 2015).³²

Nesse contexto, pude acompanhar em 10 de maio de 2015 a realização de um “Ato pelo Tombamento da Paisagem do Estelita”. Realizado num domingo, o evento, denominado “Recife é nossa mãe”, contou, no “Som da Rural”, com shows de Otto, Kátia de França, Grupo Bongar e do cordelista Allan Sales, contando ainda com uma seção de perguntas e respostas sobre o Ocupe Estelita, liderada pela ativista Liana Cirne Lins, além de uma conversa com a Professora Edivânia Torres, da UFPE, sobre a importância da paisagem cultural.



³¹ Publicado em 24 de maio de 2015 na página do Estelita do Brasil. Disponível em: <https://www.facebook.com/EstelitaDoBrasil/photos/a.1435556053428396.1073741830.14318492737990.74/1442353892748612/?type=3&theater>. Acesso em: 25 de maio de 2015.

³² Publicado em 26 de maio de 2015 na página do Estelita do Brasil. Disponível em: <https://www.facebook.com/EstelitaDoBrasil/photos/a.1434633646853970.1073741829.14318492737990.74/1443685805948754/?type=3&theater>. Acesso em: 26 de maio de 2015.

Na ocasião, que teve como foco reforçar e ampliar a defesa do tombamento da paisagem cultural junto ao Minc e ao Iphan, se destacou a fala de Liana Cirne Lins:

Hoje nós estamos aqui para defender o tombamento da paisagem cultural do Cais José Estelita, porque essa paisagem é patrimônio de todo o Brasil, de todos os brasileiros. Eu não canso de dizer que quando a Comitiva de Maurício de Nassau, a Comitiva Artística e Científica, chegou ao Brasil, a primeira vista que ele teve foi a vista do Cais José Estelita. Essa vista está nos Anais da história do Brasil e a gente vai destruir um capítulo da história do Brasil para erguer trezes torres horrorosas. Não faz sentido! Nós estamos aqui defendendo o direito das gerações futuras, das gerações não nascidas, porque eles têm direito a essa história, eles têm direito a terem orgulho da cidade deles. (...) Nós queremos desenvolvimento sim; queremos progresso sim; queremos geração de emprego e renda sim: com sustentabilidade, com respeito ao nosso patrimônio paisagístico e cultural. Com respeito a nossa história, com respeito a nossa memória, porque é possível que a gente tenha tudo. A gente pode ter um projeto que contemple tudo. A gente não precisa aceitar essa solução que vai cortar a nossa história, que vai cortar a nossa paisagem, que vai cortar as nossas belezas, que vai cortar a nossa vista, nossa frente d'água e privatizar uma das vistas mais bonitas do país. (**Liana Cirne Lins** em discurso no dia 10/05/2015)

Como é possível notar, O Projeto Novo Recife, localizado nas entranhas do bairro de São José, fez aflorar um debate sobre de como se constituiu a paisagem de mais de quatro séculos do centro do Recife e que melhor evidencia os seus “Cartões-postais” (VERAS, 2014), ao expressar, simbolicamente, parte da memória recifense:

Estes atributos da cidade revelados nos cartões-postais ‘não está na própria natureza, ela é instituída por uma certa forma de ver e de dizer as coisas’ (BERQUE, 2011b, p.203), o que implica no reconhecimento da relação subjetiva entre coisas e pessoas, o material e o imaterial, constituintes da paisagem. (VERAS, 2014, p. 40).

O grande problema, das empresas, foi “desconsiderar” que o empreendimento tangenciava “o conjunto de maior acervo de monumentos tombados do Recife, o dos bairros de São José e Santo Antônio, “que somados às áreas históricas dos vizinhos Bairro do Recife e Bairro da Boa Vista, proporcionam ao centro do Recife um caráter singular expresso, principalmente, na morfologia e arquitetura resguardadas” (VERAS, 2014, p. 45). Esse histórico fez eclodir, mesmo que de maneira difusa, um debate sobre a legislação³³ e proteção, mas, sobretudo, uma reflexão que evidenciou novas associações

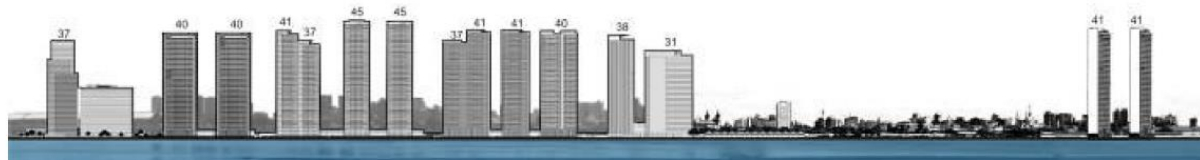
³³ Por exemplo, sobre o Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife – CMAEECR, criado pela Lei 16.243/96. No Art. 86- Consideram-se objeto de proteção imediata os seguintes espaços, ambientes e recintos detentores de traços típicos da paisagem recifense: III – áreas de descortino e respectivas vistas consideradas, pelos órgãos municipais competentes, como de excepcional beleza, interesse paisagístico, histórico e estético-cultural que emprestam significado e prestígio à história da cidade (p.59).

a palavras como “descortino”, “vistas”, “beleza”, “história”, “estética”, “cultura” e “significado”. Uma das novidades, para mim, foi o surgimento da questão sobre o “direito ao horizonte”. Mesmo não percebendo uma elaboração mais bem estruturada, esse aspecto surgia muito mais como crítica à excessiva verticalização, na construção dos arranha-céus que comprometia ou negava o acesso ao céu, ao horizonte, ou seja, o labirinto de edifícios capaz de retirar a perspectiva da distância, da amplitude, encerrando nossa visão no paredão de concreto, nos privando, desse modo, do firmamento.

Essa verticalização, inclusive, produz silhuetas urbanas que homogeneíza a paisagem, elaborando, no caso local, o que a Professora Lúcia Veras (2014) denominou de um “Recife vertical, fora-de-cena e, portanto, *ob-sceno*” (VERAS, 2014, p. 55).

Nesse sentido, o Projeto Novo Recife, conforme é possível acompanhar nas imagens abaixo, projeta um futuro perfil para borda de São José com gabaritos, acima de 30 pavimentos, adotando um novo padrão de ocupação, distinto do estabelecido até o início do século XXI – em torno de seis pavimentos –, o que poderá se definir como uma ilha dentro.

FIGURA 2 – LINHA DE BORDA DO CAIS JOSÉ ESTELITA COM O PROJETO NOVO RECIFE.



FONTE: Fotomontagem (VERAS, 2014) a partir do Relatório de Impacto do Empreendimento, do Consórcio Novo Recife, 2011.

O que a imagem aponta é que a proposta do empreendimento imobiliário deixa de fora as frentes d’água como necessárias à valorização e compreensão da arquitetura na paisagem, pois para “a paisagem, os limites teriam que considerar as lonjuras do olhar que ao distanciar o observador do objeto observado, o aproxima de uma compreensão de totalidade que só a distância oferece” (VERAS, 2014, p. 67). Essa perspectiva abandona a compreensão de que o Bairro de São José se fez no “plano de chão, no horizonte próximo onde a vida vivia se desenvolve e permite a apropriação do espaço público que relaciona o acesso ao solo firme e às águas” (VERAS, 2014, p. 67).

Assim, do ponto de vista da arquitetura, da legislação e da cultura, em sua inter-relação, entre a materialidade e imaterialidade, foram sendo acionadas e expostas a dimensão simbólica e subjetiva “da construção de um juízo de valores que pode contemplar mundos de significados, de modos de vida e de saberes específicos de uma

cultura e de uma sociedade que estabelece suas relações com e no território, que não se limitam ao perímetro de proteção legal” (VERAS, 2014, p. 42).

A meu ver, o acionamento da categoria de “paisagem cultural”, no contexto das lutas urbanas, em especial no Cais José Estelita, permite, mesmo de maneira embrionária, uma ampliação das tipologias de patrimônio associadas à localidade, sobretudo no tocante aos valores imateriais associados. Na verdade, em alguns momentos admite praticamente a inserção de um tema normalmente desconhecido ou não ativado nos debates.

Por outro lado, penso que, para além de mobilizações, sua ativação tem um intuito pragmático no sentido de barrar o avanço do PNR, ou seja, não é totalmente incorporado um debate mais aprofundado sobre as manifestações e as formas de proteção, em busca, por exemplo, por compreender, de forma associada, as dimensões materiais, imateriais, culturais e naturais dos patrimônios, como afirma Leonardo Cisneiros em entrevista:

O Patrimônio tem a questão de ser uma pauta mais fútil, entre aspas, a cobertura do bolo dos problemas, digamos assim, porque você vai ter uma questão muito mais fluida, além de ser uma questão de classe média, uma questão passadista da classe média recifense. Tinha essa crítica de dentro. Sei lá, tinha a questão da classe média recifense com apego às tradições. A minha resposta lá traz foi: patrimônio é algo que sai da lógica do mercado, é a ideia de valor intrínseco e não de valor extrínseco. A ideia de patrimônio é algo que não é trocável, algo que não tem acordo possível. [...] quando você fala de algo que não se troca, sobre a lógica do mercado, e é o que desafia a lógica do capital, é algo que contradiz a lógica do capital. E cada vez mais precisamos reforçar isso que a lógica dos bens comuns, para sair da lógica da troca. Então eu acho que existe a estratégia da lógica do patrimônio, que é uma estratégia bem anticapitalista, só que não está bem desenvolvido esse discurso.

Pelo o que pude escutar, inclusive, o discurso terminou ficando circunscrito a uma determinada temporalidade, em especial 2015, e a determinados grupos de pessoas dentro dessa noção de movimento em defesa do Cais Estelita, não permitindo a construção de um processo efetivo de construção de uma consciência patrimonial, apesar de ter funcionado de um ponto de vista tático e prático:

Tem o plano tático da luta e o plano da reflexão sobre a cidade. Eu acho que no plano tático funcionou, você criou uma barreira ali, mas tem o problema de como os órgãos, de forma conveniente, também adotam o discurso de patrimônio, de modo bastante retrógrado... quando a gente começa a pegar os pareceres, a gente ver a disputa política dentro dos órgãos. (**Leonardo Cisneiros**, em entrevista).

Por outro lado, havia uma preocupação quanto à possibilidade do tombamento como “paralisação total” de outras possibilidades de realização para a área, como é possível acompanhar numa das falas:

A minha visão dessa entrada teve a ver com uma coisa muito estratégica. A ideia do patrimônio é importante, desde o começo, mas tem um problema que é a questão do tombamento, uma questão muito prática que é a paralisação total. Tem uma questão interessante do movimento que é o seguinte: sempre perguntaram, sim, mas o que vocês querem para a área? O que vocês propõem? E a resposta do movimento é: a gente quer que seja discutido com todo mundo e que o poder público faça seu papel de fazer o que for decidido seja de interesse público-coletivo, [...] a ideia do tombamento é um pouco uma decisão por um caminho de intervenção ali. Ela veio muito depois, porque veio num momento que já tinha se esgotado tudo. Num determinado momento, a ideia do tombamento surgiu como uma oportunidade interessante. Então, a saída da paisagem como patrimônio era uma saída, porque ela não fixa naquele terreno, ela não diz que aquilo tem que continuar, não é o tombamento dos trilhos exatamente, é o tombamento daquela visada sobre a cidade que, inclusive, quer dizer ver o resto, o entorno³⁴.

Outrossim, fazer a gestão do conflito entre preservação e desenvolvimento em ambientes dinâmicos e complexos, como os urbanizados, é algo muito mais difícil. Naturalmente, tal “ampliação” conceitual e tipológica representa um importante passo para o reconhecimento da diversidade cultural, mas no contexto urbano, e especialmente dos movimentos sociais urbanos, significa uma fronteira a ser explorada, discutida e amadurecida, seja como estratégia ou como discurso.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações e movimentos. Tradução Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011. 213 pp.

CISNEIROS, Leonardo. **#OcupeEstelita**: Reflexões sobre cultura e luta pela cidade. In: Revista Socialismo e Liberdade, nº 19, Fundação Lauro Campos, 2017.

HENRIQUES, M. S. (Org.) **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MORAIS, Elaine Cristina Gomes de. **Espetáculo, argumentação e organização**: reflexões sobre eventos como estratégia de comunicação em movimentos sociais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

³⁴ Integrante do MOE, em entrevista. A mesma não quis ter sua identidade revelada.

MOSTAFAVI, Mohsen. Por que um urbanismo ecológico? Por que agora?. In: Mostafavi, Mohsen; Doherty, Gareth (org). **Urbanismo ecológico**. São Paulo: Gustavo Gili, p.12-53, 2014.

SARMENTO, Luiz Eduardo Pinheiro. **Patrimônios ausentes, cidades invisíveis**: lutas, conflitos e novas centralidades urbanas. Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Motta de Lima. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Antropologia, Recife, 2017.

TEXEIRA, Raquel Oliveira Santos. A ‘rua’ e o ‘nosso lugar’: processos de reterritorialização no licenciamento da usina hidrelétrica de Murta. ZHOURI, Andréia (Org.). **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

VAINER, Carlos. Como serão nossas cidades após Copa e das Olimpíadas?. JENNINGS, Andrew; ROLNIK, Raquel; LASSANCE, Antônio [et al.]. **Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas? São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. **Paisagem-postal**: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano / Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti Veras. – Recife: O Autor, 2014. 467 f.: il.